

Mentira, distorção involuntária e erro jornalístico: intersecções de teorias e de práticas comunicacionais com o conceito de desinformação de Claire Wardle

Lie, involuntary distortion and journalistic error: intersections of communication theories and practices with Claire Wardle's concept of disinformation

Mentira, distorsión involuntaria y error periodístico: intersecciones de teorías y prácticas de comunicación con el concepto de desinformación de Claire Wardle

Guilherme Rocha da Silva

<guirocha82@gmail.com>

RESUMO

O presente artigo traça paralelo, por meio de revisão bibliográfica, entre aspectos de teorias sobre os *mass media* e o jornalismo – Hipodérmica, Crítica de Frankfurt e *Newsmaking* – e o conceito de Wardle (2017) de desinformação e de misinformação¹. Contextualiza-se a mentira e sua relação histórica com a política para analisar características epistemológicas do erro (não intencional) e do engano (intencional). Práticas jornalísticas, como a linha editorial e o *jornalismo declaratório*, são questionadas sob a óptica de processos noticiosos desinformativos (distorção involuntária – *unwitting bias*). É possível afirmar que as teorias comunicacionais e as práticas da imprensa

ABSTRACT

This article draws parallels, through a bibliographical review, between aspects of theories about mass media and journalism – Hypodermic, Frankfurt Critique and *Newsmaking* – and Wardle's (2017) concept of disinformation and misinformation. Lies and their historical relationship with politics are contextualized to analyze epistemological characteristics of error (unintentional) and deception (intentional). Journalistic practices, such as the editorial line and declaratory journalism, are questioned from the perspective of disinformative news processes (*unwitting bias*). It is possible to state that the communication theories and press practices

RESUMEN

Este artículo establece paralelismos, a través de una revisión bibliográfica, entre aspectos de las teorías sobre los medios de comunicación y el periodismo – Hipodérmica, Crítica de Frankfurt y *Newsmaking* – y el concepto de desinformación y desinformación de Wardle (2017). Se contextualizan las mentiras y su relación histórica con la política para analizar las características epistemológicas del error (no intencional) y del engaño (intencional). Prácticas periodísticas, como la línea editorial y el periodismo declarativo, son cuestionadas desde la perspectiva de procesos informativos desinformativos (*unwitting bias*). Es posible afirmar que las teorías de la comunicación y las prácticas de pren-

1 Do inglês *misinformation*. *Misinformation* foi eleita a palavra do ano em 2018 pelo dicionário online *Dictionary.com*. Em tradução livre, significa “desinformação” (veremos a diante que há diferença conceitual). Contudo, a escolha do termo com o prefixo gramatical inglês “mis” representa algo que está errado, ou seja, o termo pode significar uma informação incorreta.

estudadas apresentam questões conceituais que tangenciam aspectos da desinformação não intencional.

Palavras-chaves: Desinformação. Teorias da Comunicação. Mentira. Distorção Involuntária. Erro jornalístico.

studied present conceptual issues that touch on aspects of unintentional disinformation.

Keywords: Disinformation. Communication Theories. Lie. Involuntary Distortion. Journalistic error.

sa estudiadas presentan cuestiones conceptuales que tocan aspectos de la desinformación no intencional.

Palabras clave: Desinformación. Teorías de la comunicación. Mentir. Distorsión involuntaria. Error periodístico.

Introdução

A mentira existe na rotina da humanidade desde as comunidades primitivas, contudo o desenvolvimento da imprensa escrita no século XIX potencializou a difusão das informações inverídicas a uma quantidade maior de pessoas e um setor específico faz uso frequente da guerra informacional: o ambiente político.

Há registros do uso da mentira na política desde antes da Revolução Industrial, mas foi na contemporaneidade que a produção sistemática de mentiras e as mídias digitais nos trouxeram até o atual *ecossistema de informação*, termo cunhado por Wardle (2017, p. 2). A professora britânica é uma das referências mundiais no estudo dos processos desinformativos modernos².

A pesquisadora define desinformação como informação falsa e deliberadamente criada para causar dano a uma pessoa, grupo social, organização ou país. A autora ainda afirma que para compreendermos esse *ecossistema* é preciso entender: 1) os diferentes tipos de conteúdos que estão sendo criados e compartilhados; 2) as motivações de quem os criam; e 3) as formas de disseminação desses conteúdos. Wardle (2017, p.1) declara que “estamos em guerra, uma guerra desinformativa” e complementa que

mais preocupante do que as pessoas compartilharem informações falsas são as sistemáticas campanhas desinformativas que as movimentam.

A partir da ideia de mentira, engano e erro, por meio de revisão bibliográfica, é possível identificar aspectos das teorias clássicas da comunicação social e do jornalismo – tais como a Hipodérmica, a Crítica da Escola de Frankfurt e o *Newsmaking* – que dialogam com a definição moderna de desinformação. Acredita-se na importância dessas conexões para o embasamento de futuras pesquisas sobre processos produtivos nos meios de comunicação e a desinformação não intencional por profissionais de imprensa.

O presente artigo se justifica pelo momento em que a mídia moderna se encontra: o jornalismo consolidado como uma das principais fontes de combate à desinformação, mas, ao mesmo tempo, canal poderoso para propagação, por vezes, de conteúdo desinformativo.

Mentira e mentira política

Apesar da valoração negativa do fenômeno, a mentira é tão natural quanto a fala, podendo até se afirmar que ela nos cons-

² Wardle é diretora executiva da *First Draft News*, organização criada em 2015 com o propósito de capacitar a sociedade para combater informações falsas e enganosas que circulam na web. No Brasil, a *First Draft* ajudou a criar o Projeto Comprova, parceiro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação.

titui, entre diversas outras características, enquanto espécie. Desde os primórdios, a mentira é contada como uma forma de defesa. Pelo viés psicológico, o ato de enganar o outro pode ser visto como um comportamento ligado a algo que se quer esconder (traumas ou vergonhas, por exemplo) e, sociologicamente, nossa rotina contemporânea nos exige que, diariamente, simulemos comportamentos que não são naturais ou espontâneos da nossa espécie³.

Mentir é um processo psicológico pelo qual um indivíduo deliberadamente tenta convencer outra pessoa a aceitar aquilo que o próprio indivíduo sabe que é falso, em benefício próprio ou de outros, para maximizar um ganho ou evitar uma perda.

[...]

No campo profissional, a mentira pode ser vista como uma habilidade importante no processo de comunicação, na resolução de problemas com os chefes, companheiros e clientes, e na resolução de negociações complexas (Sánchez, Suárez, & Caballero, 2011). Portanto, é necessário entender a mentira como um fenômeno central nos relacionamentos pessoais, não podendo a ser encarada necessariamente como anormal ou prejudicial (MATIAS *et al.*, 2015, p. 397).

Falar sempre a verdade é, inclusive, uma disfunção psíquica⁴ e a maturidade

intelectual-social geralmente coincide com a aquisição da capacidade de contar (e controlar) inofensivas mentiras cotidianas.

É impossível mentir para si mesmo. A partir desse simples entendimento, Derrida (1996) sintetiza a principal conceituação da mentira que pavimenta o caminho para a hodierna discussão sobre desinformação que aprofundaremos adiante: só existe mentira com intenção de enganar o outro. O autor defende que “a mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional, um mentir – não existe a mentira, há este dizer ou este querer-dizer que se chama mentir: mentir seria dirigir a outrem” (DERRIDA, 1996, p. 9). Como não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo e complementa: “não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isto seja falso.”

Derrida (1996, p. 5) ainda explica que mesmo sendo a mentira a invenção deliberada de uma ficção, nem toda ficção ou fábula é uma mentira. Logo, tampouco, a literatura poderia entrar na categoria falaciosa, pois não apresentam intenção de perjúrio ou falso testemunho: o dolo. Na mitologia grega, o *Dolo* ou *Dólos* era um *Daemon* (tradução “divindade”, “espírito”), que personificava o arдил, a fraude, o engano, a astúcia, as malícias, as artimanhas e as más ações. [...] Era companheiro de *Ate*, a ruína, *Apate*, a traição, sendo sua *Daemon* oposta *Aleteia*, a verdade⁵.

“Só se conhece a verdade através das mentiras com as quais a escondemos” (GOMES, 2013, p.2). O pesquisador es-

3 Desde questões práticas e culturais como o uso de roupas e de calçados, até hábitos e costumes socialmente aceitos (e outros não aceitos).

4 Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem episódios de “sinceridíio”. A pessoa não pensa para falar, desconsiderando o que o outro sente ou mesmo deseja. Disponível em: <https://omundoautista.uai.com.br/sobre-autistas-sinceridíio-e-padroes-do-cerebro-neurodivergente/>. Acesso em 22 set. 2024.

5 Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dolo_\(mitologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dolo_(mitologia)). Acesso em: 17 ago. 2024.

tuda as origens ideológicas da(s) Teoria(s) da Conspiração), ou seja, da concepção que acredita que o mundo é governado por “forças invisíveis”. A investigação do autor parte da análise do texto *A Arte da Mentira Política* (2006) – atribuído ao político anglo-irlandês Jonathan Swift e encontrado em Amsterdã em 1733. No texto tudo é enganoso: o autor, a procedência e o até o motivo do texto. O texto, atribuído pela Biblioteca Nacional de Paris e por Sir Walter Scott a Jonathan Swift, parece ter sido realmente escrito por seu amigo John Arbuthnot (1667-1735), médico da rainha Anna e autor satírico escocês.

Sobre a verdade, Gomes (2013, p. 1) defende a existência de três modos distintos: a verdade objetiva ou a ideia de verdade; a verdade subjetiva ou sentimento de verdade; e a verdade intersubjetiva ou paradigmática. O autor menciona que Edgar Morin (1986) também distinguia a ideia de verdade do sentimento da verdade.

A ideia de verdade corresponde a uma resolução da alternativa verdadeiro/falso, sem que ela nos implique ou nos afete necessariamente. Reencontramos ou formulamos incessante a ideia de verdade nos nossos cálculos, nas nossas percepções, nas nossas observações sem nos sentirmos implicados nela. [...] O sentimento de verdade traz a dimensão afetiva/existencial à ideia de verdade, e tanto pode apoderar-se da ideia de verdade como lhe obedecer. [...] O sentimento de verdade suscita uma dupla possessão existencial: uma tomada de posse da verdade (“a verdade me pertence”) e uma tomada de posse pela verdade

(“pertencço à verdade”); as duas poses ligam-se num anel que as alimenta uma à outra: “pertencço à verdade que me pertence”; assim, ao mesmo tempo em que se toma uma entidade transcendente que adoramos, a verdade toma-se um bem pessoal, incorporado a nossa identidade (MORIN, 1986 *apud* Gomes, 2013, p. 2).

A distinção entre o que é verdade e o que é mentira se tornou ainda mais difícil com o exponencial desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Derrida (1996) defende que apenas na contemporaneidade é que a mentira teria alcançado seu limite absoluto e teria se tornado “completa e definitiva” devido ao desenvolvimento de artifícios digitais para se ludibriar o outro.

O autor lembra que Oscar Wilde (1889) se queixou, em *O declínio da mentira*, que a prática estaria em desuso à época. Já Hannah Arendt (1967), por outro lado, “diagnostica um crescimento hiperbólico da mentira no campo político, que teria chegado a seu limite, ou seja, à mentira absoluta” (DERRIDA, 1996, p. 12). Arendt, em meados do século passado, já apontava uma característica do atual conceito de desinformação: a manipulação dos fatos.

A possibilidade da mentira completa e definitiva, que era desconhecida em épocas anteriores, é o perigo que nasce da manipulação moderna dos fatos. Mesmo no mundo livre, em que o governo não monopolizou o poder de decidir ou de dizer aquilo que é ou não factualmente, gigantescas organizações de interesses generalizaram uma espécie de mentalidade da *raison*

d'Etat (em francês no texto) que antes estava limitada ao tratamento dos negócios estrangeiros, e em seus piores excessos, às situações de perigo claro e atual. A propaganda, em nível governamental, inspirou-se sob vários aspectos nos usos do *business* e métodos de *Madison Avenue* (ARENDDT, 1967, p. 23-24).

A filósofa alemã também alertou o mundo para os perigos das mentiras governamentais, ao publicar artigos nas revistas *The New Yorker* e *New Review of Books*, denunciando mentiras e falsificações sobre ela mesma que “a imprensa era a principal responsável” (DERRIDA, 1996, p. 11) em propagar. Arendt também escreveu sobre a “lacuna de credibilidade” da política americana na Guerra do Vietnã e as mentiras contadas pelo governo dos Estados Unidos.

A famosa falha de credibilidade, que conhecemos durante seis longos anos, abriu-se subitamente para um abismo. As areias movediças das declarações mentirosas de todo tipo: o enganar e o enganar a si mesmo estavam prontas para tragar todos os leitores preocupados em pôr à prova esse material que, infelizmente, deveriam reconhecer como a infraestrutura de cerca de uma década de política externa e interna dos Estados Unidos (ARENDDT, 1972 *apud* Derrida, 1996, p. 12).

Em outro artigo, Arendt (1972) descreve a estratégia política de substituição da verdade pela manipulação da massa (população), do fato e da opinião (pública). A imagem-substituto não remete a

referente original nem mesmo a um original representado, mas o substitui passando do estatuto de representante ao de substituto. O texto de Derrida (1996), escrito há quase vinte anos, espanta pela similaridade conceitual dos processos desinformativos atuais. “O processo da mentira moderna já não seria a dissimulação que veio encobrir a verdade, mas a destruição da realidade ou do arquivo original”, destaca Derrida (1996, p. 14).

Devemos agora voltar a nossa atenção para o fenômeno, relativamente recente, da manipulação de massa, do fato e da opinião, tal como se tornou evidente na reescritura da história, na construção de imagens e na política dos governos. A mentira política tradicional, tão manifesta na história da diplomacia e da habilidade política, referia-se habitualmente a autênticos segredos – dados que nunca haviam sido tornados públicos – ou então a intenções que, de qualquer maneira, não possuem o mesmo grau de certeza que os fatos consumados [...] as mentiras políticas modernas tratam de forma eficiente coisas que não são segredos de forma alguma, praticamente conhecidas por todos. Isso é evidente no caso da reescritura da História contemporânea, sob os olhos daqueles que dela foram testemunhas, mas é verdade também na falsificação de imagens de todo tipo [...] pois uma imagem, à diferença de um retrato ao modo antigo, não tem apenas o papel de idealizar a realidade, mas de substituí-la por completo. Tal substituto, por causa das tecnologias modernas e da mídia, destaca-se,

evidentemente, mais do que o original (ARENDDT, 1967, p. 21).

“A mentira, assim, é mais interessante que a verdade” (SWIFT, 2006, *apud* GOMES, 2013, p. 5). Na esteira das mentiras contadas pelos governantes, o autor afirma que as mentiras sociais se diferenciam da mentira política, pois essa seria a “arte de vencer o povo” a agir de modo inconsciente, a manipulá-lo “para seu próprio bem”. Mas Gomes destaca que não apenas o governo tem monopólio dessa manipulação: “ao contrário da verdade, que é aristocrática e restrita; a mentira é democrática e todos podem dela se servir”. Swift (2006 *apud* GOMES, 2013, p. 6) ainda compara a democracia a uma via de mão dupla, em que o governo engana o povo segundo seu interesse, que por sua vez inventa mentiras sobre os seus governantes para também manipulá-los.

O autor anglo-irlandês apresenta três tipos de mentira política segundo a natureza das afirmações: a mentira útil, aquela que serve aos propósitos do governo; a doce, a que encanta os corações, as aventuras amorosas ou militares; e a honesta que é a mentira que acredita em si mesma, atualmente chamada pelos estudiosos de “ideologia”. Conceitos sobre a mentira política cunha-

dos no início do século XVIII que podem ser facilmente observados nas notícias da imprensa dos dias atuais.

“É preciso saber mentir diretamente não apenas sobre as qualidades do governante como também saber espalhar boatos, fofocas e rumores a seu respeito”. Swift (2006 *apud* GOMES, 2013, p. 7) descreve ainda outros três tipos de mentiras políticas referentes às imagens públicas: a calúnia (que subtrai as qualidades), a mentira de adição (ou aumento) e a de translação (que transfere a reputação). E, por fim, dois tipos de mentiras extraordinárias (ou mentira-mito): a mentira que amedronta e a mentira que excita. Todas essas classificações, contudo, não significam para o autor que a população tenha direito de saber a verdade política:

É necessário perceber que o povo tem direito de esperar que seus vizinhos lhe digam a verdade nos assuntos particulares: que cada um tem direito à verdade econômica, ou seja, que cada um tem o direito de exigir que os membros de sua família lhe digam a verdade, a fim de não ser enganado por sua mulher, pelos seus filhos, nem pelos seus empregados domésticos; mas que não há nenhuma espécie

Tabela 1 - Tipos de mentiras

MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO SUA NATUREZA			
ÚTIL	DOCE	HONESTA	
MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO A MORFOLOGIA			
MENTIRAS ORDINÁRIAS	CALÚNIA OU DIMINUIÇÃO	AUMENTO	TRANSLAÇÃO
MENTIRAS EXTRAORDINÁRIAS	A QUE AMEDRONTA		A QUE EXCITA

Fonte: GOMES, 2013, p. 7.

de direito sobre a verdade política e que o povo possui menos o direito de querer ser instruído sobre a verdade em matéria de governo do que o de possuir bens, terras, casas senhoriais (SWIFT, 2006, p. 37-38).

Jean-Jacques Courtine (2006), em sua leitura da *Arte da Mentira Política*, chama o texto de “manual de manipulação” e reforça que a mentira fez a sua “revolução industrial” com o desenvolvimento da imprensa escrita no século XIX. A mentira saiu do “estágio oral, se mecanizou e conseguiu uma sistematicidade e uma difusão com as quais não teria ousado sonhar” (GOMES, 2013, p. 18).

Ainda sobre a mentira, vale destacar o pensamento sobre a dissimulação descrita por Ekman (1985) que seria a ação de enganar o outro. O engano (intencional) aqui é entendido como uma espécie do gênero mentira.

De acordo com Ekman (1985), um indivíduo pode mentir por ocultação,

quando omite informações verdadeiras, mas não apresenta informações falsas, e também por dissimulação, quando apresenta falsas informações como se fossem verdadeiras, retendo aquilo que sabe que é verdade (MATIAS *et al.*, 2015, p. 397).

Após explorarmos o conceito de mentira e a estreita relação com a política, apresentam-se algumas teorias tradicionais do campo da comunicação e do jornalismo que tangenciam aspectos desinformativos do engano e do erro.

Desinformação nas teorias de comunicação (engano e erro)

Além do conceito de desinformação já apresentado, Wardle e Derakhshan (2017, p. 21) definem os conceitos de:

- Misinformação (ou informações incorretas): como informações falsas, mas criadas sem a intenção de causar danos; e

Figura 1 - Desordem informacional



Fonte: WARDLE e DERAKSHAN, 2017, p. 21 (traduzido).

- Mal-informação (usaremos apenas este com hífen): que são informações baseadas na realidade utilizadas para causar danos por meio de discurso de ódio, de assédio ou de vazamento de informações.

As sutis diferenças e intersecções dos conceitos ficam mais bem evidenciadas na Figura 1.

O engano e o erro são ruídos comunicacionais muito próximos aos conceitos desinformativos apresentados. O engano (do outro) é intencional e o erro, não intencional. Essas são definições da comunicação que não foram o foco principal dos estudos tradicionais do campo feitos no início e em meados do século XX. Contudo, é possível identificar aspectos epistemológicos⁶ em algumas teorias que tangenciam questões do engano e do erro e, inclusive, relacioná-los aos processos desinformativos atuais, ou seja, ações comunicacionais que não transmitem a mensagem de maneira precisa e ética.

De partida, a dita “primeira” e talvez a mais conhecida das teorias da comunicação apresenta questões controversas sobre a atuação dos meios de comunicação de massa. A teoria hipodérmica (ou teoria da bala mágica, ou dos efeitos ilimitados) enxergava a audiência enquanto *homens-massa* sem capacidade de discernimento. Por mais que essa teoria não seja mais inteiramente aceita nos dias atuais, devido à ausência de reação adversa do público, “há nela uma ética embrionária acerca da ação dos meios de comunicação, envolvendo sobretudo as

noções de manipulação e de verdade” (VARÃO, 2022, p. 1).

A teoria “marco zero” dos meios de comunicação de massa foi pensada no período entreguerras, o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da década de 1940, e foi motivadora para compreender os mecanismos de propaganda utilizados pelo governo para ludibriar e enganar a população. França e Simões (2016, p. 63) destacam que “o impacto da propaganda de guerra sugeria uma intensa e assustadora capacidade de intervenção dos meios – estabelecendo a analogia com a seringa de injeção (a capacidade de inocular conteúdos no organismo)”.

Essa é uma imagem recorrente nos textos analisados: a ideia de inoculação das mensagens dos media na mente de seus receptores, de modo que estes se apresentam indefesos diante das intenções dos emissores. A audiência é descrita, nesse contexto, como alienada e ignorante, sendo levada a agir conforme o desejo de quem produziu a mensagem (VARÃO, 2022, p. 6-7).

A percepção dos receptores da informação como facilmente manipulados, incultos e *indiferenciáveis* entre si demonstra uma visão negativa da ação dos meios de comunicação de massa que tinham “poderes” desproporcionais e os utilizariam para fins não éticos. A teoria hipodérmica coloca o conjunto de *homens-massa* em “menoridade, desamparada diante dos meios de comunicação de massa”.

⁶ Segundo Paulo Sousa (2004), epistemologia é a disciplina que estuda como construímos o conhecimento ou como sabemos o que cremos que sabemos.

Elementos que expõem uma meditação sobre uma ética da ação dos meios de comunicação de massa e que verifica seu mau uso, com vistas à manipulação e ao engano da audiência, a partir de uma relação desigual entre emissores e receptores – o que Martino e Marques (2014) chamaram de perspectiva ética assimétrica, segundo a qual as proposições teóricas acabam por denunciar estruturas de poder e dominação (VARÃO, 2022, p. 8).

Na mesma linha, a também clássica Teoria Crítica da Escola de Frankfurt apresenta aspectos éticos questionáveis sob a ótica da alienação e da dominação. A visão pessimista e desencantada dos frankfurtianos sobre os *mass media* pregava a dificuldade de percepção clara do que é real ou ficção quando transmitido pelos meios. Além disso, a cultura produzida pela lógica da indústria capitalista representava a conversão da cultura em mercadoria. O conceito de “indústria cultural” sintetiza bem a crítica da cultura de massa, desinformativa, nas sociedades modernas.

Contrariamente à perspectiva que o vê como um momento de liberação do jugo das forças obscurantistas da religião, Adorno e Horkheimer pensam o Iluminismo sob o signo da negatividade. Se os historiadores enfatizam os aspectos positivos dos séculos XVII e XVIII, emergência da ciência e da crença na existência de um homem universal, tem-se, com a Escola, um contraponto, quando se busca focalizar a dimensão coercitiva que se esconde por trás do discurso libertador

da razão. [...] Nele podemos distinguir alguns níveis de significação: a) trata-se de um saber cuja essência é a técnica; b) promove a dimensão de calculabilidade e da utilidade; c) erradica do mundo a dimensão do gratuito (arte); d) é uma nova forma de dominação (ORTIZ, 2016, p. 3).

Os frankfurtianos veem a sociedade uniformizada e totalitária com a individualidade sendo impossível de se expressar. “A racionalidade do pensamento burguês impõe uma forma de apreensão do social que o orienta para um novo tipo de dominação” (ORTIZ, 2016, p. 4). A cultura enquanto uma “escola de uniformização” transforma a técnica em instrumento ilusório de separação entre o real e o hipotético. Essa nova forma de dominação dialoga com os conceitos atuais de desinformação sob a ótica de enganar a audiência e “manipular” o receptor a adotar comportamentos desejados.

Evidentemente a indústria cultural tem um papel no processo de reprodução social, ela integra os indivíduos atomizados na massa social reforçando o sistema. Uma das características fundamentais da sociedade de massas é que ela constitui uma “multidão solitária”. Nela, não é mais a classe social que agrega os grupos antagônicos de pessoas. O indivíduo se encontra afastado dos outros, isolado. daqueles que são seus “iguais” no processo de indiferenciação social. Cabe a indústria cultural desempenhar o papel de cimento social, que ao divertir as pessoas, coloca em conjunto o que se encontrava separado. Mas ela não é

geradora, originária, deste sistema de dominação; na verdade a indústria cultural se adequa, e é o produto de uma nacionalidade que lhe é anterior. Neste sentido seria incorreto dizer que ela cria “novas” necessidades (ORTIZ, 2016, p. 28).

Não apenas as teorias comunicacionais “clássicas” apresentam intersecções com conceitos atuais de processos desinformativos. Teorias jornalísticas mais recentes, de meados do século XX em diante, também possuem definições que podem ser revisitadas sob a ótica da problemática desinformativa dos tempos modernos.

Na consagrada obra teográfica⁷ *Teorias da Comunicação*, de Mauro Wolf, no capítulo “Da Sociologia dos emissores ao news-making”, apresenta-se o conceito de distorção involuntária – *unwitting bias* (GOLDING-ELLIOTT, 1979 *apud* WOLF, 1987, p. 80): “um tipo de ‘deformação’ dos conteúdos informativos não imputável a violações da autonomia profissional, mas sobretudo ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a profissão de jornalista” (WOLF, 1987, p. 80).

A distorção involuntária, também chamada na obra de distorção inconsciente ou distorção informativa, é o processo de divulgação pela imprensa de informações não verídicas, de maneira não intencional, devido aos processos produtivos das notícias – a sociologia dos emissores. O conceito conversa com outras teorias jornalísticas clássicas ao abordar critérios fundamentais que orientam a seleção dos acontecimentos

e a sua apresentação jornalística, tais como os conceitos de *agenda setting*, de enquadramento e de narrativas jornalísticas. Todas elas, em maior ou menor grau, abordam a escolha ou enfoque das informações noticiadas e seriam impactadas pela distorção involuntária inerente às rotinas de produção jornalísticas.

O tipo de pesquisa apresentado neste capítulo destina-se a ilustrar como o profissionalismo, com os seus valores e as suas rotinas, acrescenta importantes restrições à informação produzida (Golding-Elliott, 1979, p. 12).

Segundo este ponto de vista, autonomia profissional e distorção da informação surgem como duas faces da mesma moeda: a perspectiva é muito mais radical do que aquela que, remetendo toda a deficiência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente para pressões e influências externas, se priva da possibilidade de captar o funcionamento da “distorção inconsciente”, ligada às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar.

Os laços existentes entre esta abordagem da sociologia dos emissores e algumas outras tendências da *communication research*, parecem bastante evidentes e profícuos. Por um lado, existe a associação com o estudo dos efeitos a longo prazo: as distorções inconscientes que, dia após dia, realçam uma de-

7 Livros que não criam ou se servem de teorias para analisar um determinado fenômeno, mas que têm como objeto as próprias teorias (Martino, 2006 *apud* Varão, 2022, p. 2).

terminada representação da realidade social, marginalizando alguns dos seus aspectos em favor de outros, são um elemento que entra em jogo na dinâmica da difusão de efeitos cognitivos ligados àquela imagem da realidade. Paralelamente à modificação do quadro temporal no estudo sobre os efeitos, ampliou-se o frame temporal nas análises da produção dos *mass media*; agora, no centro da atenção, está a condição normal, quotidiana, dos órgãos de informação, quer quanto às mensagens que produzem, quer quanto aos efeitos que provocam (WOLF, 1987, p. 80).

Os autores descrevem o conceito de distorção involuntária correlacionando às já consolidadas teorias jornalísticas do *newsmaking* e do *gatekeeper* (WOLF, 1987). Segundo os pesquisadores, a diferença principal com relação aos estudos sobre a produção de informação (*newsmaking*) é que a distorção involuntária não se refere à cobertura de um acontecimento particular, mas ao andamento normal da cobertura informativa por períodos prolongados. Já o *gatekeeper*, que tem “o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia” (LEWIN, 1947, p. 145) também é questionado pela ótica do controle das informações e o poder de “recorte” da verdade.

Alargando o problema da seleção feita pelo *gatekeeper* ao controle do processo informativo no seu conjunto, torna-se muito importante a maneira como se executa essa filtragem: “na transmissão da mensagem através dos canais, pode estar envolvido muito mais do que uma simples recusa ou aceita-

ção [...]. O *gatekeeping* nos *mass media* inclui todas as formas de controle da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da seleção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes” (DONOHUE, TICHENOR, OLIEN, 1972, p. 43).

Sobre este tema, as pesquisas são unânimes em esclarecer que, na seleção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes, predominam sobre as referências implícitas ao próprio público. Enquanto este é pouco conhecido pelos jornalistas, o contexto profissional-organizativo-burocrático circundante exerce uma influência decisiva nas escolhas dos *gatekeepers* (WOLF, 1987, p. 79).

Na mesma linha, o pioneiro nos estudos do jornalismo, Otto Groth (2011), apesar de apresentar fundamentos acadêmicos na defesa da objetividade da profissão, também trouxe questionamentos a respeito da influência subjetiva do olhar do repórter na construção da notícia e refutou a então ideia da “teoria” do espelho (que dizia que o jornalismo espelhava a realidade sem distorção). Henriques (2020, p. 5) lembra que “Groth explica que a própria profissão de jornalista, com seus métodos, modos de procedimento e exigências, acaba por também macular, de alguma forma, a busca pelos fatos, orientando a apreensão da realidade pelo sujeito”.

Nunca se esqueça de que a imprensa periódica é um espelho que só mostra

sempre um recorte subjetivo da realidade, determinado pelo público, e que só pode oferecê-lo em uma determinada perspectiva, que ele é “cego” em muitos pontos e apresenta o que é visível nele de forma pouco segura e distorcida.

[...]

A formação que o repórter recebe do exercício contínuo em noções, regras e execuções forma e preenche o seu produto em muitos aspectos, independentemente da realidade (GROTH, 2011, p. 212 e 376).

Henriques (2020, p. 5) é taxativo ao afirmar que “podemos concluir que, em Groth, o resultado da operação realizada pelo jornalismo carrega sempre algum grau de desvio, alteração e distorção”. Pelo exposto, observa-se que teorias clássicas do campo comunicacional e do jornalismo apresentam questões epistemológicas que tangenciam o conceito desinformativo de erro e, frequentemente, de engano proposital da mensagem transmitida ao público.

No sentido de os meios de comunicação de massa terem, naturalmente, poder desigual sobre a informação e, por vezes, não serem éticos na seleção, no recorte e na transmissão da notícia por circunstâncias estruturais da imprensa moderna.

Da teoria às práticas jornalísticas (desinformativas)

Além das teorias clássicas que tangenciam o atual conceito de desinformação, outras quatro questões práticas da rotina do jornalismo também se relacionam com questões desinformativas da transmissão

clara e ética das mensagens: a linha editorial, o erro jornalístico, o informe publicitário pouco claro e a notícia plantada. Devido ao caráter inquestionavelmente antiético e enganoso dos dois últimos, abordaremos aqui apenas os aspectos desinformativos da linha editorial e do erro jornalístico.

Com estrita relação com a teoria do *gatekeeper*, a linha editorial das empresas jornalísticas é legítima orientadora da *visão de mundo* de determinada mídia. Elas enquadram alguns fatos (ou os excluem das notícias) sem a possibilidade de demonstrar outras perspectivas ao receptor da mensagem (seja o leitor, o ouvinte, o expectador, o usuário e etc.). A linha editorial é o modo como um jornal se apresenta: as escolhas feitas na hora de pesar o que é importante, o que é interessante e qual é a imagem do público com a qual o produto dialoga. “Linha editorial seria, em última instância, um direcionamento da empresa para o público” (MELO, 2018, p. 12).

No mesmo sentido, Beltrão (1980, p. 19) defende que a política editorial é ditada pela opinião do editor, sendo o “juízo que faz, sobre determinado problema ou questão, o grupo de elite que mantém o veículo”. O autor inclui expressamente os interesses econômicos da empresa na definição de linha editorial das mídias:

As convicções filosóficas do grupo; as informações e relações que envolvem o tema proposto; as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidos em conselhos editoriais; e, finalmente, os interesses econômicos da empresa

(BELTRÃO, 1980 *apud* MARCOS, 2018, p. 4).

O clássico estudo de Breed (1955 *apud* WOLF, 1987, p. 79) sobre o controle social nas redações conclui que os mecanismos de manutenção da linha editorial e da política dos jornais – essa “orientação”, raramente explicitada e discutida – é imposta, sobretudo, por meio do processo de seleção dos jornalistas ao serem contratados. “A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores”.

Breed distingue seis motivos que incluem conformidade à orientação do jornal: a. a autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de dever e estima para com os superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. a ausência de fidelidades de grupo contrapostas; e. o caráter agradável do trabalho; f. o fato de a notícia se transformar em valor.

Todos estes fatores entram em ação, incrementando a formação e a função do grupo de referência. Daí resulta que o jornalista, na sua atividade quotidiana, “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, redefine os seus próprios valores ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (BREED, 1955 *apud* Wolf, 1987, p. 79).

Por fim, apresentam-se questões do erro jornalístico enquanto episódio que

transmite informações equivocadas ao público causando, assim, um tipo de desinformação. Por óbvio, não se trata do erro jornalístico identificado e corrigido por *errata*, mesmo que tardiamente, mas sim, do eventual equívoco (não intencional) de informação transmitida por erro de apuração devido às rotinas – por vezes extenuantes – da profissão ou, simplesmente, por falha de ofício.

Tecnicamente, a “barriga”⁸ ou “barriçada”, como é conhecido o erro jornalístico entre os jornalistas, ocorre quando o profissional divulga uma informação equivocada. Contudo, conforme diz a máxima popular: errar é humano e “não existe jornalismo sem erro”, lembra Vieira (2013):

Real e pragmática, a famosa frase pode ser aplicada não só nas relações entre pessoas, mas também em toda e qualquer atividade profissional. Não existe médico, engenheiro ou professor que não erre. [...] Por isso, praticamente a totalidade das empresas jornalísticas incluem a questão do erro em seus manuais de redação, em diferentes níveis (VIEIRA, 2013, p. 3).

Por exemplo, o *Manual de Redação e Estilo – O Estado de S. Paulo* (1997), ainda utilizado, prega que “para manter sua confiabilidade e credibilidade, o jornal deve fazer o possível para não publicar erros de nenhuma espécie”. O *Manual* elenca uma série de erros, dos ortográficos aos gramaticais, e define que “o erro de informação é um dos erros mais graves que o jornal pode

8 Manual da *Folha de S. Paulo* define barriga como “publicação de grave erro de informação”.

divulgar” (MARTINS FILHO, 1997, p.112). O documento reforça diversas orientações e rotinas para que os jornalistas da empresa evitem a ocorrência:

Por isso, confira sempre cuidadosamente as informações que recolher; recorra a mais de uma fonte, quando necessário; verifique, enfim, todos os dados em que possa haver qualquer engano que comprometa a seriedade da notícia.

[...]

Seja rigoroso na apuração dos fatos e na seleção dos dados. Confira e verifique todos os detalhes. Em caso de dúvida, faça consultas posteriores com especialistas, vá ao Arquivo. Tudo se justifica para que a reportagem não contenha nenhum erro ou informação incompleta (MARTINS FILHO, 1997, p. 112 e 254).

Retoma-se aqui o conceito de mentira abordado no item 2 deste artigo, sendo a mentira um ato deliberado com o objetivo de enganar outra pessoa, não se pode afirmar que o erro jornalístico seja uma mentira. Justamente porque o erro passa pela instância do acaso, do operacional. Contudo, pode-se sim traçar paralelo entre o erro no jornalismo (a depender do erro) e o conceito de misinformação de Wardle (2017) enquanto informações falsas que não tem a intenção de causar danos.

Outra prática comum no jornalismo contemporâneo, que pode ser questionada e comparada ao erro, é o chamado *jornalis-*

mo declaratório. Essa ocorrência é a decisão de se noticiar a declaração de determinada pessoa, geralmente agente político ou com visibilidade pública, sem alertar para eventual inverdade que tenha sido dita na afirmação.

Henriques (2020, p. 2) alerta sobre a prática da divulgação de declarações sem contra-argumentações nas falas do então presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19. As aspas, como são conhecidas as citações no jornalismo, noticiadas foram consideradas “flagrantemente contrárias ao que indicavam as autoridades de saúde de todo o planeta e em pleno desacordo com reconhecidos resultados de investigações científicas precedentes”. O pesquisador elencou duas notícias do jornal *O Globo*⁹ que destacaram no título algumas mentiras ditas por Bolsonaro sobre a doença e que não foram refutadas no texto, apenas relatadas em conjunto com outros fatos e declarações. O autor destaca que as boas práticas noticiosas não são utilizadas no *jornalismo declaratório*.

[...] as declarações de Bolsonaro foram transcritas sem que qualquer contraponto fosse apresentado na mesma unidade informativa. Não se fez uso de nenhuma outra fonte: seja documental, seja outra autoridade ou especialista, mesmo que, no teor da declaração, a realidade tenha sido manifestamente ignorada. Nenhuma análise ou interpretação das afirmativas foram incluídas nos relatos, que foram apresentados, ao menos no noticiário

⁹ Disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/politica/o-brasileiro-pula-no-esgoto-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-1-24330995> e <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-coronavirus-nao-passara-em-lotericas-porque-vidro-blindado-1-24331311>. Acesso em 17 ago. 2024.

factual, de modo direto e sintético, sem problematizações ou contextualizações (HENRIQUES, 2020, p. 2-3).

Essa eventual carência de dados confiáveis sobre fatos noticiados tangencia questões relacionadas ao conceito de misinformação apresentado: informações falsas sem a intenção causar dano (mas que, certamente, causam).

Considerações finais

Pelo exposto neste artigo, é possível afirmar que algumas teorias do campo da comunicação – Hipodérmica, Crítica da Escola de Frankfurt e *Newsmaking* – bem como práticas da imprensa, como a linha editorial e o *jornalístico declaratório*, apresentam aspectos conceituais que tangenciam o conceito de Claire Wardle (2017) sobre desinformação ou misinformação. Essas conexões importam para que seja possível aprofundar conceitualmente estudos sobre os processos noticiosos nos meios de comunicação e a desinformação não intencional por profissionais de imprensa.

Por último e não menos importante, faz-se uma ressalva – ou melhor, uma premissa – que deve acompanhar a leitura do presente artigo: o jornalismo é, sobretudo, uma atividade de busca da aproximação da verdade e não se pretende aqui questionar o seu objetivo e suas intenções. Com as reflexões expostas não se objetiva reforçar teorias conspiratórias ou *negacionistas*¹⁰ de intencionalidade do jornalismo na difusão de informações errôneas ou de credibilidade

de das notícias.

Robert Park, pesquisador precursor nos estudos sociais, já destacava a importância da atividade jornalística na busca pela verdade: “o conhecimento não chega ao público, como chega ao indivíduo, em forma de percepção, mas em forma de comunicação, isto é, de notícia” (1940, p. 175). Inclusive, destaca-se que o jornalismo junto com a ciência, a regulação governamental e jurídica, entre outros, são peças fundamentais no combate à desinformação sistêmica como é de conhecimento público (e isso precisa ser estimulado e não questionado).

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também por parte das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo, que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio (TRAQUINA, 2005, p. 207-208).

Contudo, o papel da imprensa na difusão de desinformação é expressamente reconhecido por Wardle e Derakhshan (2017, p. 14) e Tandoc Jr *et al.* (2017, p. 4), pesquisadores referências globais no estudo de processos desinformativos. A amplificação não intencional da desinformação pela grande mídia em todo o mundo precisa ser estudada. Os autores lembram das reportagens imprecisas do *New York Times* sobre as armas de destrui-

10 Segundo a definição da Academia Brasileira de Letras, negacionismo é uma “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam”.

ção em massa do Iraque e da amplificação dos tuítes do então presidente Donald Trump (alguns inclusive com informações de sites de conspiração). “Fazer com que a grande mídia amplifique rumores e desinformação é o objetivo final daqueles que buscam manipular. Sem amplificação, a desinformação não vai a lugar nenhum” (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p.14).

As redes sociais não só mudaram a distribuição de notícias, como também desafiaram as crenças tradicionais de como as notícias devem parecer. Agora, um *tweet*, que a maioria tem 140 caracteres, é considerado uma notícia, principalmente se vier de uma pessoa com autoridade (TANDOC JR *et al.*, 2017, p. 4).

De toda sorte, acredita-se na não intencionalidade da esmagadora maioria das notícias que propagam desinformação e no desconhecimento, por parte das redações e dos profissionais envolvidos, quanto aos danos potencial e real envolvidos. Contudo, cabe o alerta sobre as culturas empresariais enviesadas (que precisam ser ainda mais pesquisadas e repensadas) e as extenuantes rotinas a que os jornalistas são frequentemente submetidos no exercício do ofício. Com melhores condições de trabalho, hígidos padrões de conduta e devido reconhecimento profissional, é possível aumentar a constância de informação noticiosa de qualidade evitando-se, assim, danosos erros jornalísticos e misinformações.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Verdade e política. *The New Yorker*, 1967. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7485602/mod_resource/content/0/ARENDDT%2C%20Hannah%20%281967%29%20Verdade%20e%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em 19 set 2024.

DERRIDA, Jacques. **História da mentira: prolegômenos**. Estudos avançados, v. 10, p. 7-39, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Lz5L9Mn6CfcVXpFLS3wgLP/>. Acesso em 19 set 2024.

FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Marcelo Bolshaw. **Mentir para dizer a verdade**. 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=-HWnNe4AAAAJ&hl=pt-BR&oi=sra>. Acesso em 19 set 2024.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HENRIQUES, Rafael Paes. **O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística**. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, v. 18, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11645>. Acesso em 19 set 2024.

MARCOS, Patrícia Sheila Monteiro Paixão. **Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática**. Revista Alterjor, v. 17, n. 1, p. 90-

108, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224>. Acesso em 19 set 2024.

MATIAS, Danilo Wágner de Souza *et al.* **Mentira: aspectos sociais e neurobiológicos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, p. 397-401, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Sbrx6QLH4rL54w986tsKbnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 set 2024.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Manual-de-Redação-e-Estilo-Estadão.pdf>. Acesso em 19 set 2024.

MELO, Simone Albuquerque. **O que é notícia nos jornais Extra e O Globo: análise de como a linha editorial influencia nos critérios de noticiabilidade**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27139/1/tcc%20final%20colegiado.pdf>. Acesso em 19 set 2024.

ORTIZ, Renato. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Sociologia em rede**, v. 6, n. 06, 2016. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rsr/article/view/1177>. Acesso em 19 set 2024.

PARK, Robert E. *News as a Form of Knowledge: A Chapter in the Sociology of Knowledge*. **American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, 1940. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/218445>. Acesso em 19 set 2024.

TANDOC Jr *et al.* 2017. *Defining “Fake News”: A Typology of Scholarly Definitions*. **Digital Journalism**, Londres, 6(2):1-17, ago. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em 19 set 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, v. 2, n. 2, 2005.

SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine – tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

VARÃO, Rafiza. **Notícias falsas ou propaganda. Uma análise do estado da arte do conceito fake news**. *Questões Transversais*, [S. l.], v. 7, n. 13, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19177>. Acesso em 19 set 2024.

VARÃO, Rafiza. **O dito e o não dito: pistas de uma ética dos media na teoria hipodérmica**. In: 31º Encontro Anual da Compós, Imperatriz, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/o-dito-e-o-nao-dito-pistas-de-uma-etica-dos-media-na-teoria-hipodermica?lang=pt-br>. Acesso em 19 set 2024.

VIEIRA, Livia. **Dos manuais de redação para a prática: análise da publicação de erratas em veículos jornalísticos na internet**. 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Ciberultura, 2013. Disponível em: https://abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_2_

Jornalismo_Midia_Livre_e_Arquitetura_da_Informacao/25492arq08359683751.pdf. Acesso em 19 set 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. **Council of Europe**, 2017. Disponível em: <http://tve-rezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>. Acesso em 19 set 2024.

WARDLE, Claire *et al.* **Fake news. It's complicated**. First draft, v. 16, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://medium.com/1st-draft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79>. Acesso em 19 set 2024.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Presença, 1987.

 Data do recebimento: 28/11/2024

Data do aceite: 11/03/2025

Dados dos autores:

Guilherme Rocha da Silva

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getulio Vargas. Secretário-adjunto de Comunicação do Tribunal de Contas da União.